

ANÁLISE COLETIVA DA ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR: A AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO

Katia Maria Teixeira Santorum¹

Maria Luisa Wunderlich dos Santos de Macedo²

Géli Bringmann³

Letiere Zingler⁴

Resumo

A partir da pesquisa-intervenção com foco na *atividade* de Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde, identificamos uma importante interface entre seus achados e o campo da educação. A particular noção de *atividade* elaborada nos referenciais teórico-metodológicos que nortearam o estudo apresenta-se como ferramenta para acessar o que se considera como *trabalho vivo*. Os métodos utilizados – os Encontros sobre o Trabalho e a Autoconfrontação Cruzada – propiciaram um espaço para *elaborar e formalizar* a experiência de trabalho. Um importante efeito destes dispositivos foi o alargamento do poder de ação dos trabalhadores, apresentando-se como uma potente oportunidade para desencadear processos de emancipação no seio do coletivo profissional. O método da Autoconfrontação Cruzada vem particularmente se configurando como um *dispositivo de formação*. A possibilidade que ele oferece de transmitir, socializar e validar os conhecimentos advindos da experiência de trabalho, em um enquadre dialógico, acaba por enriquecer esta experiência levando ao desenvolvimento do sujeito e da própria atividade.

¹ Doutora em Saúde Pública, psicóloga, professora do Departamento de Psicologia da UNISC. katia.santorum@gmail.com

² Mestre em Desenvolvimento Regional, psicóloga responsável pela Vigilância em Saúde do Trabalhador na 13ª Coordenadoria Regional de Saúde/SES-RS. Júlio de Castilhos, 36. Santa Cruz do Sul, RS. maria-macedo@saude.rs.gov.br

³ Bolsista PUIC/UNISC, acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Galvão Costa, 385. Santa Cruz do Sul, RS geli.bring@gmail.com

⁴ Especialista em Fisioterapia do Trabalho, fisioterapeuta, pesquisadora voluntária. Ivoti, 160. Santa Cruz do Sul, RS, letiere.zingler@gmail.com

Palavras-chave: formação profissional, análise da atividade de vigilância em Saúde do Trabalhador, subjetividade e trabalho.

Introdução

“Mas ele desconhecia esse fato extraordinário: Que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário. De forma que, certo dia à mesa, ao cortar o pão o operário foi tomado de uma súbita emoção ao constatar assombrado que tudo naquela mesa – garrafa, prato, facão – era ele quem os fazia. Ele, um humilde operário, um operário em construção.”

O Operário Em Construção Vinicius de Moraes

A importância do trabalho na vida das pessoas já foi lembrada por Freud, que relacionara a saúde mental humana à capacidade de amar e de trabalhar; também por Reich, quando associara positivamente amor, trabalho e conhecimento com a produção/manutenção da energia vital. Na verdade, dito por poetas e por cientistas, ou simplesmente vivido no cotidiano das pessoas, sabe-se da riqueza [que é] produzida nas interfaces destas dimensões da vida. Num constante fazer e *se* fazer, enquanto trabalha, o sujeito produz a realidade, constituindo a si mesmo. Num movimento dialético subjetiva-se, construindo o mundo. Tal olhar nos leva a indagações profundamente conectadas com os “*modos de andar a vida*”, onde ela ocorre, privilegiando os acontecimentos no cotidiano do trabalho. Seria possível aproximar-se dos modos de subjetivação produzidos no encontro entre o sujeito e seu trabalho? Seria pertinente colocar o foco de análise nessa relação, em busca de acessar os conhecimentos produzidos na atividade de trabalho? E o que se pode encontrar quando a atividade de

trabalho que buscamos analisar consiste em analisar a atividade de outras pessoas, bem como as condições em que essas pessoas trabalham?

Ao iniciarmos a pesquisa⁵ que resultou nesta publicação, apostávamos na possibilidade de recriar um cenário de investigação, replicando a metodologia desenvolvida por Santorum (2006) em pesquisa de doutorado realizado na FIOCRUZ/RJ, em que a autora abordou as relações entre saúde, subjetividade e trabalho com o grupo de vigilantes do Programa de Saúde do Trabalhador (PST) de Volta Redonda/RJ. A pesquisa-intervenção desenvolvida na época, com foco na atividade de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST), apontou para a necessidade de se ampliar as reflexões em relação aos aspectos metodológicos que têm sido utilizados na Saúde do Trabalhador, particularmente aqueles que visam sustentar os princípios tão caros ao campo em estudo, quais sejam, a consideração *sine qua non* do saber acumulado pelos trabalhadores e as possibilidades de que as intervenções na área objetivem potencializar o seu poder de agir. A autora obteve resultados relevantes para o desenvolvimento do campo da saúde do trabalhador, dentre eles a constatação de que o método da *autoconfrontação* cruzada pode propiciar um espaço para a *elaboração* e a *formalização* da experiência de trabalho. A metodologia citada serviu como *dispositivo de formação*, num duplo sentido: como enriquecimento da experiência de trabalho e como desenvolvimento do sujeito da experiência, ampliando seu raio de ação e seu poder de agir.

Desse modo, as reflexões aqui apresentadas decorrem de uma pesquisa-intervenção, cujo foco foi a atividade de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VST), no âmbito da saúde pública, tendo como campo empírico o Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador da Macro-região dos Vales (CEREST Vales) do Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio Grande do Sul.

⁵ A pesquisa intitula-se “Atividade de Vigilância em Saúde do Trabalhador: uma análise junto à equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador dos Vales/RS”, desenvolvida pelo Departamento de Psicologia da UNISC e pela 13ª Coordenadoria Regional de Saúde/SES-RS. Tem apoio logístico do Departamento de Comunicação da UNISC e apoio financeiro do CNPq. Além disso, conta com apoio da UNISC através do Programa Unisc de Iniciação Científica (PUIC/UNISC).

A evolução do projeto mostrou-nos o longo caminho a ser trilhado, desde o início da instalação do dispositivo de pesquisa, em meados do ano de 2006, até o efetivo desenvolvimento da metodologia da *autoconfrontação*, em 2008. Porém, sem perder o rumo, sempre guiados pelo dispositivo dialógico de análise do trabalho, vários locais foram visitados. Deslocamentos de rota ocasionados, sempre, pela direção das falas dos protagonistas da atividade – os vigilantes –, bem como pelos acontecimentos que os mesmos elegiam como foco da análise a cada um dos nossos ‘Encontros sobre o Trabalho’.

Neste percurso, amparado em referenciais teórico-metodológicos de linhagem francesa, foi possível identificar a abertura de uma potente interface entre o campo da educação e as reflexões produzidas neste itinerário. Em especial no que diz respeito a um complexo processo de produção de conhecimento sobre a atividade de trabalho e sua intrincada relação com o desenvolvimento dos sujeitos implicados.

Fundamentos para uma co-análise da atividade de Vigilância em Saúde do Trabalhador

A Política de Saúde do Trabalhador no RS, compondo a rede SUS, é bastante recente e nosso envolvimento com a mesma remonta ao início do ano 2000, quando se iniciava a sua implementação em âmbito estadual (CPAIST/SES-RS, 2000). A proposta foi materializada, nas regiões sanitárias gaúchas, principalmente através de Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador e do Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador (SIST). Naquela época, na região de saúde que tem como sede o município de Santa Cruz do Sul, deu-se a parceria interinstitucional entre a universidade, o poder público e organizações de trabalhadores, possibilitando o fortalecimento do controle social e a construção de serviços, que foram precursores da atual rede de ST na macro-região dos Vales do Rio Grande do Sul (MACEDO & SANTORUM, 2001). Essa rede articula-se aos serviços públicos de Saúde do Trabalhador (ST) – no estado gaúcho e nos demais estados brasileiros – que compõem a Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (RENAST). Assim, desde 2003, grande parte desses

serviços conta com financiamento público mensal, excelente estrutura física e os profissionais que se dedicam à Saúde do Trabalhador participam de diversos momentos de formação (Cursos, Seminários, Congressos, Encontros, Oficinas). Os serviços objetivam destacar-se pela promoção/prevenção da saúde, em especial a vigilância em processos e ambientes de trabalho.

Apesar dos avanços técnicos, políticos e legais, há impasses e dificuldades no caminho trilhado pelos diferentes atores envolvidos na execução das ações de VST, ao longo da implementação da Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). A dinâmica de embates que marca o percurso desta política pública – e que tem estado presente onde se instale o serviço de ST, nos mais diversos pontos do território nacional –, aponta a necessidade de criar dispositivos que contribuam para a legitimação e institucionalização desse campo de práticas. A execução das ações de VST, principalmente no RS, onde existem disputas jurídico-legais, acontecem em ritmo lento. No CEREST Vales, apesar das capacitações voltadas à área, a realidade é a mesma.

Assim, a opção por analisar a atividade de VST é fruto do desejo de contribuir para a consolidação de um campo de práticas e de saberes reconhecidos, legítimos e regulamentados nas instâncias democráticas de nosso país, como é o caso do campo da saúde do trabalhador e do próprio SUS. Além disso, tal atividade tem, no nosso entendimento, um papel estratégico na constituição de uma relação saudável da sociedade com o trabalho, pois representa a entrada da saúde pública nos espaços onde ele acontece.

A aproximação ao tema enfocou noções acumuladas no campo da saúde coletiva às quais associamos concepções recentes sobre o processo de trabalho em saúde e o desenvolvimento de tecnologias de cuidado, colocando-as em diálogo com contribuições oriundas da perspectiva Ergológica e da abordagem da Clínica da Atividade, em especial no que convergem para o desenvolvimento da noção de *atividade*. A particular noção de *atividade* elaborada nestes referenciais apresenta-se assim, como ferramenta indispensável para acessar o que se considera como *trabalho vivo*, ou seja, um nível de complexidade do trabalho, que é ainda pouco explorado.

Encontramos na Ergologia (SCHWARTZ, 1988) e na Clínica da Atividade (CLOT, 1999) um modo de conceber a atividade em sintonia com nosso interesse: encontrar uma via de acesso aos recursos forjados pelos trabalhadores-vigilantes no exercício da atividade de trabalho. Seu engajamento pela via da criação, da recriação de soluções, seus encontros com escolhas, impasses e preocupações.

Da perspectiva ergológica destacamos o interesse pelos “*usos de si*” (SCHWARTZ, 2000), apontando a existência de um apelo a um “uso” e não meramente a uma execução, em um nível ativo e não apenas passivo de envolvimento do trabalhador, uma vez que há sempre escolhas a serem feitas.

No que concerne às possibilidades de ampliação do poder de agir dos coletivos de trabalhadores, um dos aspectos a salientar na análise diz respeito à noção de *gestão*. A esse respeito Schwartz (2004) chama atenção para a existência, em qualquer atividade, de uma dimensão gestonária, mesmo naquelas atividades consideradas mais taylorizadas. Para o autor, a gestão é um processo complexo, que supõe escolhas, arbitragens, hierarquização de atos, objetivos e valores e que sustenta a elaboração de decisões no curso da ação. Mesmo onde se supõe que somente existam seqüências-padrão, há micro-história, valores em jogo, necessidade de negociar um compromisso. Aí já surge, conseqüentemente, de acordo com Schwartz (2004) uma forma de gestão. Esta formulação, segundo o autor, tem a vantagem de sugerir que há algo mais que afeta o engajamento das pessoas e do psiquismo no trabalho.

Assim, em uma proposição extremamente importante e que permite ampliar a forma de considerar a atividade, Schwartz pontua que todo trabalho é sempre “*uso de si*”, considerando simultaneamente “*o uso de si por outros e uso de si por si*” (SCHWARTZ, 2004:25). O sujeito também *se* implica, *se* escolhe, debatendo-*se* entre valores e normas, buscando fazer valer nesse meio as normas e valores que dão sentido à sua história e a seu estar no mundo como vivente. O autor considera, ainda, que existem sempre negociações destes *usos de si*, as quais são sempre problemáticas, sempre lugar de uma dramática, implicando “um trabalho psíquico e industrioso” (SCHWARTZ, 2004:30) por parte dos sujeitos envolvidos.

Tal industriiosidade pode ser acessada com uma caixa de ferramentas e compreendemos que este é um passo importante: apontar para a complexidade das situações de trabalho e como tal complexidade implica os sujeitos aí engajados. Deste modo, é crucial a instalação de dispositivos que propiciem aos trabalhadores apropriar-se da dimensão gestonária que os implica, a qual não está necessariamente elaborada pelos mesmos. Isto quer dizer, em outras palavras, que em função da cisão proposta pelo taylorismo entre planejamento/decisão e execução, os trabalhadores parecem ser levados a desconhecer este nível de gestão do qual são protagonistas.

Da Clínica da Atividade enfatizamos o interesse no enigmático percurso trilhado pelos sujeitos no caminho que percorrem entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, o *real da atividade* (CLOT, 2001), bem como a mobilização subjetiva que acompanha os passos dessa trajetória. A proposta desta abordagem, de incluir na análise os conflitos que fazem parte do real e incorporar o possível e o impossível, o realizado e o não realizado, no próprio conceito de atividade, permite o acesso às preocupações, desejos, empecilhos e dificuldades que enlaçam seus protagonistas. Alcança assim, os processos de subjetivação na atividade (CLOT, 1999).

Dessa forma, uma dimensão estudada pela Clínica da Atividade diz respeito à *atividade impedida* que se caracteriza como “uma amputação do poder de agir” (CLOT, 2001 p.50). Esta perspectiva aponta para o fato de que o que faz as pessoas sofrerem no trabalho é tanto aquilo que lhes é imposto quanto o que lhes é impedido de fazer. Remete ainda para a importância da dimensão coletiva da atividade de trabalho, a qual constitui um instrumento técnico e psicológico para ação dos sujeitos, o que pode ser compreendido através do conceito de *Gênero Profissional*, ou *Gênero do Coletivo Profissional* formulado pela Clínica da Atividade (CLOT, 1999).

Quando a dimensão coletiva se perde, perdem-se também os recursos para agir e os sujeitos da ação se fragilizam. Daí a relevância em desenvolver dispositivos que proponham convocar essa dimensão coletiva, criando assim, condições de restaurar e mesmo ampliar os recursos para a ação. Um dos quadros metodológicos que vêm sendo desenvolvidos pela clínica da Atividade é a

autoconfrontação cruzada. Principalmente através desta metodologia foi possível aproximar-se, como coletivo de pesquisa, à riqueza da atividade de vigilância e reconhecer o desenvolvimento produzido nos/pelos protagonistas da atividade de vigilância.

Análise do trabalho/trabalho de análise: os dois métodos empregados e seus efeitos na construção dialógica do conhecimento

Encontramos em Paulo Freire (1979), quando escreve que os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo, a importância do cuidado em instaurar o diálogo. A força de transformar o *mundo do trabalho*, transformando-se, a partir de um grupo de trabalhadores, que se põe a dialogar sobre o seu fazer. Além disto, freiriana é a postura do pesquisador, que *a priori* sabe que não sabe mais; ele não sabe o que vai encontrar, sabe somente com quem vai encontrar-se e porta consigo ferramentas, metodologias, que espera possa dar ao grupo acesso a sentimentos e pensamentos ainda encobertos. Uma comunidade ampliada de pesquisa se constitui e nela os trabalhadores são pesquisadores. Como ensina Faïta (2005, p.19), “falar do trabalho implica trabalhar a fala” e é preciso ter cuidado com o falso diálogo, aquele em que “o orador ‘autorizado’ se apropria (...) das palavras do outro apenas para esvaziá-las de toda substância específica (FAÏTA, 2005, p.21).

Cruciais com o modo como iríamos nos aproximar do campo de pesquisa, o primeiro dispositivo metodológico que utilizamos, que construiu as bases do diálogo, foram os “Encontros sobre o Trabalho”. Essa abordagem metodológica, adotada pelos ergologistas, foi de especial valor no sentido de criar o clima dialógico que possibilitou a instalação do dispositivo de pesquisa e dos primeiros passos no sentido do desenvolvimento da atividade pelo fortalecimento do coletivo de trabalho.

Inicialmente esses encontros aconteciam com frequência semanal, passando posteriormente a ocorrer quinzenalmente na sede do Serviço, contando com a participação de todos os membros da

equipe. Nesta primeira etapa, os encontros eram registrados através da gravação de áudio sendo posteriormente transcritos. A dinâmica dos encontros não foi previamente definida, privilegiando as questões trazidas pelos profissionais, sendo que a intervenção das pesquisadoras esteve voltada a manter o enquadre dialógico e ajustar o ‘foco’ dos debates em torno da problemática acordada e delimitada no projeto, ou seja, na atividade de VST. Um ano após o início das atividades de pesquisa junto ao campo, a filmadora passou a fazer parte dos encontros, sendo os mesmos registrados em vídeo. Neste período também passou a ser possível evidenciar de modo mais claro, do nosso ponto de vista, um deslocamento progressivo no modo como os profissionais vinham se relacionando com uma potencial ação de vigilância a ser conduzida por eles.

O dispositivo de análise não visou senão assessorar os vigilantes, ajudando num enquadramento dialógico permitindo que o trabalho voltasse a ser uma ocasião de ampliar o seu raio de ação, a fonte de uma regeneração da atividade conjunta. No desenvolvimento do dispositivo da pesquisa-intervenção que se propôs ao grupo de profissionais, elaborações coletivas, muitas delas deflagradas por eles próprios, evidenciaram que esta atividade, neste Serviço, se apresentava com as características de uma *atividade impedida*, em diversas direções, ou seja, ocorreu uma amputação do poder de agir, ou ainda, um “desenvolvimento impedido”. No conceito de atividade aqui adotado, o que se impede os trabalhadores de fazer constitui uma fonte de sofrimento importante, cuja visibilidade é que permitirá compreender o desenvolvimento e o próprio sofrimento. Nesse grupo, a atividade de VST estava tão interdita que até mesmo o livre pensar sobre a mesma parecia ter limites bastante definidos.

O dispositivo utilizado propiciou que os trabalhadores se posicionassem perante o problema, particularmente diante do gestor público municipal – que reeditava uma postura histórica de resistência ao Serviço, comum aos governos com características neoliberais. Além disso, fortaleceram sua aliança com o controle social, o que serviu para aumentar o poder de ação desse coletivo sobre seu ambiente de trabalho e conseqüentemente sobre si mesmos.

Pode-se dizer que o espaço de discussão da atividade, instalado pela pesquisa, propiciou movimentos importantes no percurso deste Centro de Referência que impulsionaram deslocamentos na própria postura da equipe em relação à atividade de vigilância em saúde do trabalhador. A abordagem realizada demonstrou o seu potencial para inserir-se numa perspectiva de fortalecimento do poder de ação neste/deste grupo. Nesse sentido, ganha destaque o dispositivo metodológico utilizado ao propiciar (re)conhecer os recursos que estes trabalhadores lançaram mão para dar conta de sua tarefa, também aqueles que eles não conseguiram vislumbrar, bem como aqueles que eles ainda não conseguem fazer valer no encontro particular que estabelecem com sua atividade.

O segundo dispositivo metodológico do qual lançamos mão foi a autoconfrontação cruzada (CLOT, 1999, 2000; FAÍTA, 2005), que tem como recurso básico imagens filmadas da atividade de trabalho. Mantendo o foco da intervenção em uma situação específica de trabalho, a autoconfrontação cruzada propõe ao(s) sujeito(s) a tarefa de elucidar para um outro, que pode ser tanto o pesquisador, formador ou um colega de trabalho que se ocupa da mesma atividade, e para si mesmo, as questões que surgem no desenvolvimento das atividades apresentadas, com a ajuda do vídeo. Ao final, esses diálogos, todos eles também filmados, compõem um novo material audiovisual que retorna para a análise junto ao grupo associado à pesquisa, composto por outros trabalhadores que desempenham a mesma atividade. Este processo o caracteriza como um método de co-análise da atividade, em um nível que implica a dimensão coletiva do meio profissional.

Demos início aos passos da autoconfrontação cruzada propriamente dita em julho de 2008, quando procedemos à análise do relato da ação de VST realizada pela equipe em uma marmoraria da região. Exigiu-se aí, uma adaptação ao método, sem tirar-lhe a originalidade: o momento da ação em que a equipe esteve no local escolhido não foi filmado; o que se tomou como material para análise foi o relato feito pelos vigilantes sobre a sua ação, incluindo algumas fotografias.

Assim, as cenas filmadas do relato sobre a vigilância foram levadas ao coletivo de trabalhadores, junto com as pesquisadoras, configurando um meio de interlocução privilegiado da pesquisa. Esta etapa teve como objetivo escolher as cenas que deveriam ser retidas para análise posterior. O diálogo que se produziu nesta etapa foi registrado em vídeo. Buscávamos distinguir os comentários destinados a esclarecimentos daqueles instigadores do debate sobre a atividade. As cenas escolhidas para análise nas etapas seguintes se incluem nesse último caso. Especial atenção foi dada aos comentários que indicavam a existência de controvérsias entre os profissionais. Essas cenas foram editadas conformando um audiovisual de modo a facilitar sua retomada na fase seguinte.

A segunda fase se dividiu em dois momentos, iniciando-se com a autoconfrontação simples. O protagonista da cena elucidava as questões que surgiam a partir dos traços filmados da sua atividade, num diálogo com a pesquisadora. Logo após, também com o auxílio do vídeo, o protagonista da cena tinha como interlocutores, além das pesquisadoras, um colega de trabalho. Este momento propiciou o início de um diálogo profissional entre dois especialistas confrontados à mesma circunstância, configurando a situação de autoconfrontação cruzada.

No momento atual da pesquisa, o material filmado – escolha das cenas e autoconfrontações simples e cruzadas – está sendo editado, a fim de compor um novo audiovisual, contendo as cenas da atividade e os diferentes momentos de autoconfrontação e nossa previsão é que retorne ao grupo após as férias da equipe, aproximadamente em março de 2009. É o que caracterizará a terceira fase, um retorno ao coletivo, configurando mais um contexto de análise e de co-análise a partir dos diálogos entre os especialistas. Novas trocas serão possíveis entre pesquisadoras e vigilantes, cruzando-se diferentes pontos de vista nessas análises, propiciando novas elaborações sobre a atividade ao colocar em circulação diferentes conceitos.

A partir dos diálogos, as pesquisadoras pré-organizaram em temáticas o material produzido, o que servirá para ampliar as discussões no momento do retorno do vídeo ao grupo ampliado de pesquisa.

Alguns temas encontrados dizem respeito à possibilidade de *construção da postura de autoridade dos vigilantes* diante do setor vigilado, ao *papel do CEREST*, à *identidade do vigilante com a VST*, às *tecnologias empregadas na VST*, à *concepção de vigilância* que norteia a ação, ao *tempo/ritmo da vigilância*, à *relação estabelecida com o proprietário*. Um importante achado está associado ao conceito de *usos de si* (SCHWARTZ, 2000) de que lançam mão os vigilantes, os quais podem ser percebidos, dentre outras situações, naquelas em que se valem de sua percepção e das sensações em seu próprio corpo, para reconhecerem os riscos do ambiente de trabalho e aproximar-se da percepção e dos sentimentos do trabalhador do local.

O momento da escolha das cenas, em que participaram diversos membros da equipe, apresentou uma riqueza ímpar: ao explicar como transcorreu a atividade, os vigilantes percorreram os caminhos do diálogo, exploraram as possibilidades da controvérsia e por diversas vezes afastaram-se dela. Relatos, explicações, perguntas, justificativas, que inicialmente pareciam óbvias, foram sendo depuradas pelo diálogo entre o grupo, e com o suporte das pesquisadoras, tornaram-se um pouco mais perceptíveis as questões que geravam controvérsia, as que denotavam concepções e modos de agir bastante particulares para lidar com aspectos do real com que se deparavam os vigilantes (e inclusive os demais membros da equipe durante o momento de seleção das cenas). Muitos aspectos foram ali mesmo elevados a um outro estatuto, fazendo com que, por conta do dispositivo de pesquisa, os vigilantes se dessem conta dos impasses do real, das decisões tomadas em um sentido e que poderiam ter sido em outro, dos motivos que os levaram a agir desta ou de outra forma, de suas fragilidades, como segue

VL⁶ – (...) acho que ali mostra mesmo as dificuldades da gente, na hora de estar discutindo e começa a surgir, né. E aqui a gente vê bem, mostrou bem as dúvidas, né: “- será que

⁶ Os vigilantes são designados com a letra V, para indicar os que foram ao local fazer a ação de vigilância, seguida da letra que designa um nome a ele atribuído pelas pesquisadoras, no caso VL, vigilante L; VR, vigilante R. Os membros da equipe são designados por ME, seguidos de letra indicando o nome escolhido para aquele membro, como por exemplo, MEA, membro da equipe A, MEP, membro da equipe P; as pesquisadoras também são designadas por P, seguida de uma letra para identificação, como por exemplo PK, pesquisadora K, PL, pesquisadora L.

eu fiz certo?” Eu acho que vale pra ajudar a melhorar, sei lá, nas próximas melhorar.

Ao mesmo tempo, já neste momento da escolha das cenas, a dinâmica dialógica fez também com que vislumbrassem outros recursos para a ação, identificando esses movimentos como aprendizagem:

MEA – eu tava refletindo numa coisa que a VR falou, de que talvez tivesse insegurança ou timidez e aí, quando ela disse isso, eu pensei na falta de intimidade nossa ainda (...) com a coisa toda tanto da vigilância, quanto o relato da vigilância, tanto o relatório da vigilância (...) a gente até pode adquirir uma certa intimidade com alguns fluxos; mas eu acho que uma vigilância sempre vai ser diferente da outra (...) Isso tudo eu pensei agora (...).

PK – (...) talvez foi uma aprendizagem, não sei se dá pra pensar assim.

MEA – Sim, nesse sentido sim.

De modo transversal, na maioria das temáticas que o diálogo fez aparecer no contexto de análise, foi possível perceber claramente o desenvolvimento da atividade, como por exemplo, quando no curso do diálogo com a pesquisadora, uma vigilante parece apontar para um processo – indicado

pelo uso do tempo no passado – em que a ação passada pelo crivo do pensamento, ainda que no nível teórico, parece alargar seus limites: a vigilante, conflituada inicialmente quanto ao uso de fotos como tecnologia de trabalho, elabora a positividade da ação ao final do processo de confrontação.

Ainda em relação à temática da tecnologia a ser utilizada na vigilância, os vigilantes reconhecem a importância da utilização de registros de imagens como ferramentas de trabalho, ao mesmo tempo em que demonstram desconforto em sua utilização, o tema entra em análise e um membro da equipe dá sugestões para que esta situação possa ser melhor dirigida em outro momento. Após estes diálogos, este membro tomou para si a tarefa de organizar o setor de vigilância, organizando documentos e o grupo definiu um momento semanal para falar sobre vigilância. Percebe-se um posicionamento de buscar soluções, ampliando o uso de ferramentas de trabalho. Na prática, várias vigilâncias foram realizadas desde então.

Foi possível, ainda, constatar a importância de criarem-se oportunidades para o diálogo sobre o trabalho entre os pares, por exemplo, no trecho da autoconfrontação cruzada que segue

M.E.P– É eu também não sei se eu tivesse no lugar da V.R, se eu teria feito diferente (...) Agora acho que no momento que tu disser, bom, se tu disser, nosso instrumento de trabalho é este, isso é uma das ferramentas eu acho que tu tem menos chances de ...

V.R– É

M.E.P – Bom, tu não ta pedindo (...) É um, é um instrumento de trabalho!

V.R – É acho que é, é, é essa, se portar assim né, ah, chegar e colocar assim como um instrumento de trabalho, acho que

facilita e ajuda né, acho que é mais difícil eles te dizerem não, não.

Ao identificar-se com a colega, a vigilante que confronta a cena parece reafirmar nossa inferência a respeito de um movimento/desenvolvimento da atividade, pois ela se coloca no lugar da outra, no momento em que a situação acontecia e aponta para um momento posterior, no presente, em que – não estando colada ao conflito daquele real – ela pode questioná-lo e deixar seu pensamento fluir, construindo estratégias para a utilização do instrumento de trabalho. Um refinamento da reflexão sobre a estratégia diz respeito a não deixar margem para receber um não como resposta (ou uma interdição ao seu trabalho) ao tentar utilizar a máquina fotográfica, ou seja, ‘informar’ o empregador e não ‘pedir’ para utilizar um recurso necessário e importante em seu trabalho.

Por outro lado, vimos a presença também, de aspectos de um gênero profissional que não tem conseguido dar a sustentação necessária à atividade. Argumentos construídos por uma vigilante parecem carecer de força de sustentação: em reação ao movimento de ampliação, há um movimento de recuo a uma posição anterior, hesitante, que remete à posição do coletivo de trabalho sobre a experiência em discussão. Apesar da indicação da necessidade de um amparo no coletivo, o mesmo não acontece, pois as dúvidas às quais a vigilante se refere parecem encontrar-se no seio de seu grupo de trabalho. O desenvolvimento da atividade foi percebido ainda quando uma vigilante aprofunda o nível de reflexão, como em uma Análise de Implicação⁷. O diálogo, que inicialmente estava em torno da postura desrespeitosa do empregador com a equipe, passa a se dirigir à postura da equipe. Ela (se) pergunta por que ele teria agido daquela forma. E o diálogo se desenvolve no sentido de analisar como a equipe se mostra aos olhos deste empregador. Parece ser percebida neste momento uma falta de recursos que “empoderem” ou ajudem a equipe a se empoderar nesta relação.

⁷ A noção de implicação aqui utilizada toma o sentido atribuído pela Análise Institucional Francesa (Lourau, 1993; Rodrigues & Souza, 1987).

Em diversos momentos de reflexão, alguns deles disparados pela controvérsia na utilização das tecnologias de vigilância, os vigilantes trazem questionamentos relativos à sua formação específica e ao modo como são instados a agir como um coletivo. Não parece estar construído ainda neste grupo um caminho de efetivação deste agir interdisciplinar. Suas falas apontam para as distâncias entre as formações das diferentes profissões dos componentes da equipe, mas, até o momento, não percebem formas de interação a não ser pela presença concreta de cada profissional a fim de executar aquilo que tem mais habilidade, identificação ou conhecimento. Essa falta de recurso para a ação vem acompanhada de um sentimento de insegurança, de um não saber o que fazer se não houver a presença do outro em determinada situação que lhe parece demandar a profissão específica.

Assim, observando esses poucos exemplos trazidos, podemos dizer que o método da *autoconfrontação cruzada* foi capaz de disparar uma diversidade e riqueza de reflexões acerca dos processos de subjetivação na atividade de trabalho e a experiência com este método, conjugado aos *Encontros sobre o Trabalho*, nos permitiu vislumbrar as possibilidades de um fecundo diálogo sobre a construção do conhecimento de si, do mundo e de si no mundo (do trabalho).

Considerações finais

Ao conformar diferentes contextos de análise, a metodologia utilizada produziu uma considerável pluralidade e riqueza em termos de *possíveis* pontos de vista que se debruçaram sobre a atividade, dando passagem a diferentes possibilidades de analisar, compreender, realizar ou não realizar na atividade de VST. Interessava-nos, entre outros aspectos, acessar os recursos necessários a estes profissionais no curso de sua atividade, o sentido atribuído por eles à mesma; analisar como se caracterizam as prescrições, as variabilidades, debates de valores, renormatizações e usos de si, presentes nesta atividade; bem como acessar as dificuldades, obstáculos e facilidades, os possíveis e impossíveis, do ponto de vista destes profissionais.

Observamos que o dispositivo da autoconfrontação cruzada, tal qual nos achados de Santorum (2006), propiciou um espaço consistente para *elaborar e formalizar* a experiência na atividade de vigilância, configurando-se assim como um *dispositivo de formação* (CLOT, 2000). Além do enriquecimento da experiência de trabalho, possibilitou o desenvolvimento do sujeito desta experiência, como oportunidade de subjetivação. Poder modificar o estatuto do seu vivido é formador para o sujeito, pois amplia seu raio de ação e também o seu poder de agir. Referindo-se à proximidade entre trabalho e formação, Clot recupera em Vygotski, que "a ação, passada no crivo do pensamento, se transforma em uma outra ação, que é pensada" (1999, p.227).

Neste quadro metodológico busca-se delegar à controvérsia profissional no coletivo de trabalho, o cuidado de restaurar os recursos e os objetivos da ação. No dizer de um de seus autores, a “atividade retomada pode conhecer outro destino” (CLOT, 1999) além das defesas. Nosso papel enquanto pesquisadoras na utilização deste dispositivo de análise foi o de assessorar na criação de um enquadramento dialógico. Assumindo o lugar de ‘estrangeiras no ofício’, foi possível provocar uma surpreendente ‘abertura’ da atividade, especialmente naquelas situações até então consideradas ‘óbvias’ pelos próprios trabalhadores ou nas que eles deixaram passar como ‘naturais’ e que estavam carregadas de dúvidas, medos, inseguranças.

Portanto o que caracteriza o método, e que vimos ter efeitos importantes para o alargamento da visão dos vigilantes sobre o seu trabalho, não é o apego à experiência, e sim a criação de situações em que os trabalhadores possam afastar-se dela. A imagem filmada de traços da atividade facilitou um duplo movimento de deslocamento e de descolamento dos protagonistas em relação a seu trabalho. Eles foram convidados a desempenhar simultaneamente os papéis de observadores e analistas de sua atividade ao mesmo tempo em que puderam, em diversos momentos, desprender-se subjetivamente dos conflitos do real. Para os vigilantes, desde o lugar de protagonistas, em um momento ou em outro, abriu-se um caminho de acesso a aspectos do *real* (CLOT, 2001) dessa atividade, permitindo alargar as

possibilidades de pensar, sentir e agir nesse meio. Como exemplo destes *aspectos do real*, a que o dispositivo nos permitiu acesso, vale referir a existência de um vasto campo de conhecimentos que são e que podem ser produzidos no momento das ações de vigilância e que ficam na penumbra por falta de respaldo legal/institucional.

Foi possível identificar, tal como os autores que vêm elaborando sobre este método, que a mudança de destinatário da análise implica uma modificação da própria análise. Pudemos sondar a existência de certa “motricidade do diálogo”, sobre a qual escreve Faïta (2005), envolvendo deslocamentos entre diferentes níveis de análise. Assim, os diferentes contextos propiciados pelas situações de autoconfrontação produziram diferentes perspectivas de análise, dando visibilidade a diferentes possíveis desta atividade.

A autoconfrontação cruzada apresentou-se como importante ferramenta de aproximação ao *real da atividade* de vigilância em saúde do trabalhador. Configurou-se assim, como um dispositivo de formação uma vez que ofereceu condições para um desenvolvimento da atividade, bem como dos sujeitos que a protagonizam. Permitiu contemplar na análise, as dimensões subjetivas integrantes da atividade de trabalho, se oferecendo como ponte para um real encontro entre os saberes da experiência e os saberes formalizados/instituídos.

A experiência de análise da atividade vivida junto aos vigilantes, contando com as *ferramentas* teórico-metodológicas que nos acompanharam, sinaliza com *possíveis* ante um desafio especial: investir em dispositivos de pesquisa-intervenção que efetivamente propiciem aos trabalhadores retomar sua atividade e que proporcionem a elaboração e formalização da experiência de trabalho, criando assim condições fundamentais para a transmissão, socialização e validação dos conhecimentos advindos desta experiência, deixando-os disponíveis à construção de novas experiências.

**COLLECTIVE ANALYSIS OF THE SURVEILLANCE ACTIVITY IN WORKER'S HEALTH:
CROSSED SELF-CONFRONTATION AS A DEVICE OF FORMATION**

Abstract

Starting from the intervention - research with focus in the *activity* of Surveillance in the Worker's Health in the Unique System of Health, we have identified an important interface among its findings and the education field. The specific notion of *activity* elaborated on the theoretical-methodological referential that guided the study comes as a tool to access what is considered as *alive work*. The used methods - the Meetings about the Work and Crossed Self-confrontation - have propitiated a space to *elaborate* and *formalize* the work experience. An important effect of these devices was the enlargement of the acting power of the workers, coming as a potent opportunity of development of emancipation processes, in the heart of the professional collective. The method of Crossed Self-confrontation has been particularly configuring itself as a *formation device*. The possibility that it offers of transmitting, socializing and validating the knowledge coming from the work experience, in a dialogic frame, end up enriching this experience leading to the subject's development and the development of the activity itself.

Key-Words: professional formation, analysis of the surveillance activity in the Worker's Health, subjectivity and work

Referências

CLOT, Y. *La fonction psychologique du travail*. Paris, PUF, 1999.

_____. Clinique du travail, clinique du réel. *Le journal des psychologues*, 185, 48-51, 2001.

CPAIST - Coordenadoria da Política de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. *Política de atenção integral à saúde do trabalhador*. Porto Alegre: Secretaria Estadual da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2000

FAÏTA, D. *Análise Dialógica da Atividade Profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1993.

MACEDO, Maria Luisa; SANTORUM, Kátia. A intersetorialidade na construção de políticas públicas em saúde do trabalhador: por um SUS de verdade. *Divulgação em saúde para debate*. Rio de Janeiro: CEBES e ESP/RS, n 23, dezembro de 2001, p.63-74.

RODRIGUES, H.B.C. & SOUZA, V.L.B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V.R. & SAIDON, O. *Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SCHWARTZ. Trabalho e uso de si. *Pro-posições*. Unicamp, (1987) 2000.

_____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. *Trabalho, Educação Saúde*, Vol 2,

No. 1, 2004

_____. & DURRIVE L. Trabalho & Ergologia conversas sobre a atividade humana. Niterói: EDUFF, 2007.